

# ACTAS VIII

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO  
FACULDADE DE LETRAS  
12 - 18 OUTUBRO  
1993



# 1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA  
1995

**S.P.A.E.**  
S O C I E D A D E  
P O R T U G U E S A D E  
A N T R O P O L O G I A  
E E T N O L O G I A



TRABALHOS DE  
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXXV (Fasc. 4)

**1.º CONGRESSO DE  
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

**(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)**

**A C T A S**

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

**Capa:** Rocha gravada de Penascosa, Castelo Melhor (Rio Côa)  
(Paleolítico Superior) (Foto: Vítor O. Jorge)

PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA  
1995

cem ainda não terem sido ultrapassadas, mas que potencialmente se revela de grande importância, não só para a datação directa de gravuras rupestres, mas também em estudos de geologia, de geofísica, de hidrologia, etc. Esperemos pelos resultados e pelo grau de fiabilidade que Fred Phillips lhes atribuirá.

Resumindo, em jeito de conclusão, que este artigo já vai longo. *A Fraude* demonstrou que:

- 1) As datas até agora obtidas não põem em causa a datação das gravuras atribuída pelos arqueólogos;
- 2) Não são os métodos até agora utilizados pela EDP que permitirão uma datação correcta e precisa das gravuras;
- 3) A datação estilística da Arte Paleolítica na Europa nunca foi posta em causa pela datação pelo radiocarbono quando este foi passível de ser aplicado (apenas precisou a sua cronologia).

A finalizar, uma recomendação ao IPPAR, que parece infelizmente ter estado alheado de todo este processo: iniciem-se imediatamente escavações arqueológicas em larga escala, quer junto dos painéis gravados, quer em abrigos, quer em sítios de *habitat* e, com certeza, serão recolhidos materiais orgânicos associados contextualmente a artefactos dos homens que executaram as gravuras do Côa. Estes materiais orgânicos poderão ser datados rigorosamente e com precisão elevada aqui, em Portugal, tal como temos feito para outras estações do Paleolítico e da Pré-História recente. Fica muito mais barato e poupa-nos o insulto que *A Fraude* constituiu para a comunidade científica, especialmente para os arqueólogos.

## “LES JEUX SONT FAITS”\*

por

**Luís Raposo\*\***

Desde Janeiro (v. *DN-Cultura*, de 19.1.95: *A verdadeira importância das gravuras do Côa*) que nesta coluna não nos referimos à «questão do Côa». Atentos os objectivos editoriais desta página, bastante diversos dos da mera guerrilha mediática, e mantendo no nosso espírito a avaliação substantiva que na data indicada expusemos aos leitores, nada nos impelia a de novo aqui voltar ao assunto. Julgamos agora chegado o momento de retomar a matéria porque atingimos o momento crucial em que os dados se encontram lançados e apenas resta aguardar uma tomada de decisão final, necessariamente de ordem política.

A propósito, vale a pena recordar as fases por que passou o debate em curso: entre Novembro e Dezembro assistiu-se à inicial tomada de consciência dos arqueólogos mais interessados nesta temática. Daqui resultou uma primeira posição pública, quando em 19 de Dezembro um grupo de 18 pré-historiadores universitários elaborou um comunicado onde reconhecia a importância extraordinária do património arqueológico do Côa, propunha a imediata constituição de uma equipa devidamente dimensionada e responsabilizava o IPPAR pela ocultação das gravuras (o que viria a dar origem a uma queixa apresentada junto da Procuradoria-Geral da República, traduzida depois num inquérito que ainda decorre). Na altura, porém, nem este grupo de universitários, nem a generalidade dos arqueólogos portugueses eram ainda claros na consideração de que a barragem de Foz Côa seria incompatível com a salvaguarda das gravuras. Nós próprios, nesta página, chegámos explicitamente a admitir que seria talvez possível conjugar ambos os interesses (v. *DN-Cultura* de 8.12.94). Já então, e praticamente desde o primeiro dia, toda uma outra movimentação baseada principalmente em amadores de arqueologia e simples interessados em questões patrimoniais, reclamava o abandono

\* Publicado na página de “Arqueologia” do Suplemento “Cultura”, do jornal *Diário de Notícias*, em 27-07-95.

\*\* Arqueólogo e docente universitário.

da barragem, muitas vezes com argumentos que excediam a vertente estritamente arqueológica (oposição genérica aos grandes empreendimentos hidro-eléctricos, defesa das quintas e vinhedos da região, etc.). Estavam no seu direito, é claro. Mas nenhum arqueólogo responsável poderia, *ab initio*, aderir a movimentos difusos, que na vertente arqueológica requererem um indiscutível suporte científico. Pouco a pouco, os arqueólogos portugueses, no seu conjunto, foram também tomando consciência do que realmente estava em causa. Hoje, e desde há meses, nenhum já pensa possível compatibilizar os interesses em presença: existe unanimidade total entre arqueólogos quanto à absoluta necessidade de preservar as gravuras do Côa *in situ* e fora de água, assumindo a sua total incompatibilidade com a construção da projectada barragem. O que se regista gratificadamente, tanto pelas gravuras, obviamente, como pela própria credibilidade e capacidade de afirmação futura dos arqueólogos. Como já escrevemos noutra local<sup>1</sup>, nada depois do Côa passará a ser o mesmo na Arqueologia portuguesa: a.C./d.C. – «antes» e «depois do Côa», ficará como mote deste episódio.

Passada a fase prévia do reconhecimento pelos arqueólogos da importância da arte do Côa e da incompatibilidade dos interesses em presença, assistiu-se ao progressivo envolvimento na sua defesa das mais diversas instituições profissionais, académicas e científicas. Sucederam-se as conferências, dadas por especialistas nacionais e estrangeiros. E chegou-se finalmente à organização de iniciativas melhor estruturadas, verdadeiros «pontos de situação» susceptíveis de fornecer aos decisores políticos os elementos de avaliação que repetidamente vinham dizendo faltar-lhes. Perante a paralisia dos organismos responsáveis pelo nosso património cultural, que durante todo este tempo e até hoje apenas mantêm no Côa uma pequena equipa de três ou quatro elementos e não foram sequer capazes de proceder à elaboração de nenhum estudo credível acerca da viabilidade cultural e económica de um espaço alternativo à barragem, pode dizer-se que a «sociedade civil» tomou em suas mãos a discussão séria destas questões. Entre finais de Junho e inícios de Julho realizaram-se em Lisboa e no Porto sucessivos encontros, mesas-redondas, colóquios, exposições, boletins... Neles mobilizaram-se instituições tão variadas como o Centro Universitário Padre António Vieira, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Associação Política Regional e de Intervenção Local, a Escola Secundária de Foz Côa, a Associação Juvenil «Olho Vivo», a Associação Projecto Património, a Associação Profissional de Arqueólogos, o Museu Nacional de Arqueologia, o Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a Sociedade Portuguesa de Espeleologia, a Associação Portuguesa de Museologia, a

Ordem dos Engenheiros, etc., etc. Também alguns órgãos do Estado intervieram, à sua maneira, no debate: a Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República reuniu-se e tomou posição, o Senhor Presidente da República patrocinou e fez-se representar em algumas iniciativas. Pelo menos um partido político, o PCP, teve a coragem de tomar posição pública inequívoca em favor das gravuras.

Do muito que foi dito nestes locais, e sem que possamos ter estado presentes em todos, sempre salientáramos três contribuições marcantes: uma delas, com origem na Associação Profissional de Arqueólogos, refere-se à apresentação do primeiro esboço do que, com o aprofundamento a que os organismos da Cultura se deveriam sentir obrigados, poderia ser o estado de definição programático e viabilidade económica de um «Parque Arqueológico do Côa». As duas outras têm a ver com informações e pontos de vista publicamente facultados por dois especialistas das áreas da engenharia e da gestão dos recursos naturais. Assim, no «Forum do Côa», organizado na Reitoria da Universidade de Lisboa, o professor Raimundo Delgado, da Faculdade de Engenharia do Porto, expôs circunstancialmente a evolução das ideias acerca do aproveitamento das potencialidades hidro-eléctricas da bacia do Douro em Portugal, desde o inicial «Plano de Bacia» elaborado pela Hidroeléctrica do Douro, até aos planos adoptados pela EDP. Ficou a saber-se que em Espanha está quase concretizado o respectivo plano de bacia, enquanto do lado português pouco se fez em quase meio século, encontrando-se actualmente por executar quase 80% dos empreendimentos que ali visam tirar partido dos recursos hídricos, havendo por isso inúmeras alternativas à barragem de Foz Côa. No debate do Instituto Superior Técnico, o professor Valadares Tavares deixaria claro o tremendo défice de cidadania existente no nosso país em matéria de tomada de decisão sobre grandes empreendimentos públicos, afirmando designadamente que sempre que um técnico diz à população, e aos políticos que a representam, que não há alternativas, ele mente, porque existem sempre alternativas. Ninguém pode afirmar que a não realização da barragem de Foz Côa tenha consequências gravosas para o País, pelo menos nos próximos... séculos!

Em face do tom sério, documentado e institucionalmente respeitável, que o debate adquiriu nos últimos meses, a EDP entrou em pânico e resolveu jogar a sua máxima cartada: lançar a confusão, procurando diminuir o valor científico das gravuras. Surge assim a «manobra da datação directa». Simples manobra propagandística, como já foi sobejamente demonstrado. Nem os métodos utilizados são fiáveis, nem a forma como foram aplicados é minimamente credível. Sugestivamente, deve assinalar-se que em Março, a milhares de quilómetros do Côa, onde nunca tinham estado, já os especialistas em datações escreviam à EDP a oferecer os seus principescos serviços, dizendo que uma datação recente das gravuras viria beneficiar muito a empresa, no seu diferendo com a comunidade científica de

<sup>1</sup> “As leis do património e a arte rupestre do Côa”, *Projecto Património*, nº 2, Junho de 1995, ed. da Associação Projecto Património, Queluz.

arqueólogos. Para bom entendedor... Chegados a Julho, em véspera das férias, podemos hoje dizer com toda a propriedade que os dados estão lançados. Nada a partir de agora justifica mais delongas na tomada de decisão política. Compreende-se que o actual Governo adie o problema para depois das eleições e que o partido seu apoiante se prepare para, no caso de passar à oposição, ser o mais intrépido defensor das gravuras. Menos se compreende que o partido maioritário da actual oposição não diga claramente aos portugueses o que pensa fazer em caso de vitória eleitoral. Ou será que está à espera de Outubro para neste particular passar a ser situacionista, defraudando as expectativas de quem quer ver o País mudar?

## CÔA, A BARRAGEM SILENCIOSA\*

por

João Pedro Cunha-Ribeiro\*\*

Nos últimos tempos, tem-se assistido ao aparecimento de múltiplas notícias, entrevistas, artigos de opinião e mesmo de subtis anúncios publicitários em defesa da continuação da barragem de Foz Côa, quase sempre veiculados, promovidos ou protagonizados por responsáveis quer da própria EDP quer da respectiva tutela governamental. Esta estratégia revela uma cadência e um nexos que, no mínimo, sugere a existência de uma campanha bem orquestrada, visando, antes do mais, o branqueamento de uma imagem degradada e o desenvolvimento de um “lobbying” adequado.

Não dispondo, obviamente, os defensores do património paleolítico do Côa nem das sumptuárias receitas da EDP nem tão-pouco dos dinheiros arrecadados aos contribuintes para financiar uma campanha em sentido oposto, resta-lhes contrapor à força desse mesmo poderio económico a força da sua própria razão.

No que à arqueologia propriamente diz respeito, a arrogância com que muitas vezes se procura defender a continuação da barragem tem sido quase sempre acompanhada por uma dose proporcional de ignorância ou má fé.

Só assim se pode compreender a continuada referência à exposição ao público da réplica da gruta de Lascaux, a par do encerramento da jazida original, por forma a garantir a sua preservação para as gerações futuras. Oculta-se deliberadamente que na gruta de Lascaux estamos perante pinturas cuja conservação enferma de problemas claramente mais complicados do que os que se põem para as gravuras, como sucede em Foz Côa.

Por outro lado, omite-se também o facto de, no caso de Lascaux, a réplica realizada abranger a totalidade do monumento, não tendo implicado o retalhar do original, nem a amputação do respectivo espaço de integração, como se pretendia fazer no vale do Côa com o corte das rochas gravadas e a sua deslocação para outro local. Tão-pouco se assistiu ao afundamento da gruta original.

\* Publicado no jornal *Público* de 13-08-95.

\*\* Arqueólogo; docente de Pré-História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.